



A Pedagogia da Alternância e a emancipação dos povos do campo pelo viés agroecológico: diálogos possíveis

The Pedagogy of Alternation and the emancipation of the rural peoples by the agroecological bias: possible dialogues

BATISTA, Larissa Hayannyelly Costa¹; AGOSTINHO, Ana Alice Freire²

¹ IFPE – campus Barreiros, larissa-h.2@outlook.com; ² IFPE – campus Barreiros, anaalice.freire@barreiros.ifpe.edu.br

Eixo temático: Educação formal em Agroecologia

Resumo: Pensar em pedagogia da alternância requer a análise das políticas educacionais voltadas para escolas do campo que, historicamente, têm sido consideradas um espaço de reprodução de conteúdos urbano-centrados. Essa lógica vem sendo alterada no âmbito das pautas dos movimentos sociais do campo que pensam a educação com características identitárias, valorizando a interação entre os saberes ancestrais e os científicos. O presente trabalho explora, a partir de uma revisão bibliográfica, a tese segundo a qual a relação entre esses saberes, os princípios norteadores e o diálogo entre a educação do campo, agroecologia e pedagogia da alternância podem e devem consolidar-se enquanto alternativa para a escola do campo e outros processos formativos informais, por promover e valorizar uma aprendizagem significativa fundamentada na realidade das comunidades do campo, contribuindo para a formação crítica dos atores sociais e potencializando processos de emancipação e de transformação social.

Palavras-chave: Educação do Campo. Pedagogia da Alternância. Agroecologia. Movimentos Sociais do Campo. CTSA.

Keywords: Field Education. Pedagogy of Alternation. Agroecology. Social Movements of the countryside. Agroecology. CTSA.

Introdução

A importância dos pequenos agricultores/as para a segurança alimentar do país e abastecimento do mercado interno é fato. Porém, mesmo diante da sua importância, historicamente registra-se muitos descasos das políticas públicas voltadas para esse segmento, principalmente no que se refere ao direito a uma educação pública de qualidade e significado social.

Com efeito, as Constituições anteriores à de 1934, sequer faziam referência a esta questão. Além disso, mesmo as posteriores apenas citaram superficialmente a educação do campo, tema tratado de forma mais consistente apenas na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2002). Tal fato, expressa a negligência e desresponsabilização por parte do Estado para com a educação do campo, decorrente do pouco ou nenhum interesse na formação crítica dessa população. Mesmo assim, a educação era pautada na reprodução de forma homeopática e tecnicista, dos conteúdos urbano-centrados, sem conexão do homem com a terra e com o meio ambiente, destinada apenas para os filhos dos



empregados ou filiados, expressando o claro interesse pela perpetuação da exploração dessa população (NASCIMENTO, 2009; SAVIANI, 2001).

Mudanças significativas nesse cenário somente ocorreram a partir da luta e resistência dos movimentos civis organizados, a exemplo do Movimento Sem-Terra (MST), que ganharam força ao final do período de ditadura, especialmente com a promulgação da Constituição de 1988. Com a “democracia” (re)instaurada no país, a educação torna-se, de fato, pelo menos do ponto de vista constitucional, direito de todos e dever do Estado, contemplando a população urbana, rural, ribeirinha, indígena e quilombola (BRASIL, Constituição Federal de 1988, Art. 205). Os avanços advindos da Constituição para a conquista da educação pública nacional deixaram em aberto a educação necessária para suprir às especificidades da realidade existente no campo, cujas características são expressivamente diversas.

É no contexto de superação dos moldes urbano-centrados tão reproduzidos em diversas escolas, sem levar em conta o espaço, a cultura e as características inscritas em cada realidade educacional, que se insere a escola *do e no* campo. A preocupação pela valorização identitária, acima de tudo, surge como proposta capaz de atender os anseios desses povos a partir da compreensão de suas necessidades características e do respeito aos saberes ancestrais, valorizando o diálogo com os conhecimentos científicos. Nesse sentido, a agroecologia, pelo público a que se destina, agricultores e filhos de agricultores, sobretudo, povos do campo, tem contribuições importantes no fomento a esse diálogo entre o saber camponês, popular, e científico (ALMEIDA, 2017).

É importante ressaltar que a agroecologia tem como um dos principais fundamentos, a valorização dos conhecimentos ancestrais dos agricultores, aliando, a esses saberes, possibilidades tecnológicas, em especial, a aplicabilidade de tecnologias sociais, mediante processos formativos de agricultores/as. Em que pese os aspectos específicos pertinentes ao campo da agroecologia, essas questões encontram ressonância nos objetivos da escola do campo e, conseqüentemente, com os princípios que embasam a pedagogia da alternância. Em outras palavras, tanto a agroecologia como a educação do campo e a alternância, valorizam o tempo e espaço vivido em família-comunidade, incluindo processos de formação na escola ou fora dela, resgatando os conhecimentos acumulados ao longo do tempo, em articulação com os conhecimentos científicos, aplicando-os de forma prática no seu cotidiano. Segundo Aires (2016), na educação por alternância o processo de ensino e aprendizagem acontece em espaços e territórios diferenciados e alternativos, possibilitando a valorização dos saberes produzidos e transmitidos pelos povos em um processo de interação entre escola-família-comunidade, unidos ao conhecimento científico.

A partir da relação entre esses saberes, no fortalecimento das lutas e resistências, é que o diálogo entre a educação do campo, agroecologia e pedagogia da alternância pode e deve consolidar-se. Pensar em uma escola do campo que fomente a importância de técnicas agroecológicas a partir da organização curricular de um



projeto político-pedagógico vinculado à pedagogia da alternância é, principalmente, uma possibilidade para a emancipação dos povos do campo. Esta conquista impulsionaria o cumprimento da função social da escola de formar o indivíduo para o mundo, sendo sujeito de sua própria história, ajudando-o no amadurecimento, nas tomadas de decisões e na criticidade perante situações que atinge o contexto do macro e microambiente a que esse pertence (FREIRE, 2008).

Nessa perspectiva, as possibilidades de utilização da Alternância no desenvolvimento de um currículo pautado no ensino com enfoque em Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA) e técnicas agroecológicas sustentáveis podem constituir uma proposta viável para a educação do campo.

O movimento CTSA se inscreve no contexto das escolas do campo a partir da necessidade da utilização das tecnologias atreladas às ciências que fundamentam a organização das práticas e relações sociais. Isto porque é inegável, na sociedade contemporânea, a grande influência das ciências e das tecnologias, bem como a preservação do meio ambiente para a manutenção da vida na terra. A concepção de CTSA fez emergir movimentos sociais e políticos que reivindicam a tomada de consciência e maior participação dos cidadãos nas deliberações que envolvem ciência e tecnologia, bem como sua utilização (SCHNORR; RODRIGUES, 2014).

Pensar no currículo de ciências para as escolas do campo nessa perspectiva, é construir formas e enfoques que tratem tanto das tecnologias que podem ser reproduzidas ou otimizadas para e no campo, quanto dos conteúdos que podem ser trabalhados e relacionados com as vivências pessoais e coletivas dos estudantes, principalmente as que englobam a natureza e a preservação dos ecossistemas. Assim, quando o docente elabora e planeja aulas destacando temas que podem ser contextualizados com o espaço e cotidiano dos estudantes, da escola, da comunidade e da família, assume um vínculo com aquela comunidade, favorecendo não somente a compreensão da realidade vivida, mas tornando o ensino uma experiência única pela possibilidade de emancipação e transformação social.

O presente estudo explora a importância desta alternativa para a escola do campo, por promover e valorizar uma aprendizagem significativa e de qualidade, pautada na integração de princípios que norteiam a educação do campo, as práticas agroecológicas e a alternância, o diálogo entre saberes ancestrais e científicos, tendo como premissa as necessidades das comunidades do campo, contribuindo para a formação crítica e questionadora dos sujeitos do campo, tornando-os capazes de modificar sociedade na atual conjuntura.

Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo se apoiou na seleção de estudos e artigos que possibilitassem identificar, resumidamente, o estado da arte da temática, estabelecendo como *modus operandi* a leitura prévia, de caráter exploratório,



seguida de uma leitura seletiva do material selecionado entre os que mais se adequavam ao tema deste estudo. Após estas etapas, foi constituído um *corpus* de análise e interpretação contemplando as categorias conceituais que se pretendeu desenvolver ao longo do trabalho. Sendo assim, foi realizada uma revisão bibliográfica de caráter analítico, abordando Educação do Campo e Pedagogia da Alternância utilizando como fundamento os trabalhos de Roseli Salete Caldart, (2002); Miguel Gonzalez Arroyo, (2004); Adelaide Ferreira Coutinho, (2009); Mônica Castanha Molina, (2015); e Helena Quirino Porto Aires, (2016). Referente à Agroecologia, foram utilizados os trabalhos de Simone Ribeiro, Ana Paula Ferreira e Suely Noronha, (2007).

Resultados e Discussão

A literatura que contempla a articulação entre educação do campo, alternância e agroecologia ainda é escassa. Contudo, existem abordagens que permitem inferir que o trabalho pedagógico, realizado pelas escolas do campo, dentro dos moldes da pedagogia da alternância e agregando os princípios da agroecologia em processos formativos formais e informais, podem contribuir para o fortalecimento da identidade dos povos do campo, para além dos aspectos meramente produtivos. O diálogo que essa articulação propõe estão pautados na valorização dos conhecimentos ancestrais, sem desconsiderar o conhecimento científico.

Tal proposta responde ao tipo de educação reivindicado pelas populações do campo. Essa perspectiva, por sua vez, acentua a necessidade urgente de valorização dos espaços, da cultura local, dos saberes ancestrais, do aperfeiçoamento das técnicas existentes a partir dos conhecimentos da agroecologia e das demais áreas. E de uma pedagogia que promova o **diálogo** do trinômio **Educação do Campo-Alternância-Agroecologia**, a partir de currículos e práticas pedagógicas pautadas em problemáticas e especificidades presentes na realidade de cada escola/ comunidade, construindo uma ponte entre os conhecimentos ancestrais e científicos.

Nessa direção, a educação do campo, em diversos trabalhos, é tratada em articulação com a pedagogia da alternância. Aires (2016), por exemplo, traça um panorama da alternância como uma possibilidade de construção de conhecimento. Almeida (2016), por sua vez, introduz a discussão sobre a alternância e as questões agrárias sob a ótica dos movimentos sociais, atrelando à luta, não só pela educação, como pela terra. Com isso, a organização desses movimentos, enquanto grupos, apresenta como reivindicação a superação das contradições sociais, culturais e escolares.

No que se refere a educação do campo e agroecologia, essa relação adquire extrema relevância, uma vez que ambas se fundamentam em práticas pedagógicas que constituem um modelo alternativo de produzir e socializar conhecimentos (RIBEIRO, FERREIRA E NORONHA, 2007). Dessa forma, ambas assumem como



primordial a construção de uma educação libertadora que deve, necessariamente, privilegiar a integração entre os princípios da educação do campo e a produção do conhecimento agroecológico, assim como as boas práticas e experiências dos(as) agricultores(as).

Conclusões

O modelo educacional valorizado no espaço do campo, para o povo do campo é demarcado por um histórico de lutas e resistência, de avanços e conquistas igualmente históricas. Também aponta para a necessidade do estabelecimento de conexões entre práticas e segmentos pedagógicos que valorizem as questões que permeiam os modos de vida e problemáticas sociais, econômicas, políticas e culturais. O diálogo em construção entre a educação do campo e agroecologia, a partir da organização curricular proposta pela Pedagogia da Alternância, tem como objetivo emancipar os povos do campo mediante a valorização dos seus conhecimentos ancestrais que, enriquecidos pelas contribuições dos conhecimentos científicos, trazem a possibilidade de agir, na construção do pensamento e materialização desta proposta trilateral.

Nesse sentido, por meio da contextualização e articulação com os elementos presentes na realidade, é possível contribuir para a formação dos estudantes do campo para que estes tenham mais oportunidade de desenvolver pensamento crítico sobre as questões que envolvem a sociedade, principalmente no que diz respeito a natureza e sua preservação a partir do conhecimento de técnicas de produção que valorizem a conservação desses espaços. Partindo da ótica de Arroyo, Caldart e Molina (2004), a pretensão é educar para um modelo de agricultura que inclua os excluídos, aumentando as oportunidades de desenvolvimento das pessoas e das comunidades, ajudando no direcionamento da produção e a produtividade para a garantia de uma vida digna, respeitando os limites da natureza. E, nessa perspectiva, a educação do campo, seguindo a abordagem da alternância e da concepção de CTSA, aliada aos princípios e práticas da agroecologia, assumem uma função social de extrema relevância.

Referências bibliográficas

AIRES, H. Q. P.: **Educação do Campo, Artes e Formação Docente** / Rural Education, Arts and Teacher training, Palmas – TO 2016, V2.indd 59 23/05/2017. Parte I – Educação do campo, alternância e questões agrárias p. 23-123: A proposta da pedagogia da alternância: uma possibilidade de construção de conhecimento. p. 53-82.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. (Org.). **Por uma Educação do Campo**: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Volume 5. Brasília, 2004.

BRASIL. Constituição Brasileira de 1988.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

XI CBA
Congresso
Brasileiro de
Agroecologia
Ecologia de Saberes:
Ciência, Cultura e Arte na
Democratização dos
Sistemas Agroalimentares



CADART, Roseli Salete (Orgs.) **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo, n. 4).

COUTINHO, A. F. **Do direito à educação do campo**: a luta continua! Editora AURORA ano III número 5 - DEZEMBRO DE 2009 ____ISSN: 1982-800

MOLINA, Mônica Castanha. **Expansão das licenciaturas em Educação do Campo**: desafios e potencialidades. Educar em Revista. Curitiba, Brasil, n. 55, p. 145-166, jan./mar. 2015.mol.